forma a proteger os transeuntes e a evitar que se suje a área circundante da obra, e recebidos também em recipientes fechados. Não é permitido o vazamento de entulhos diretamente para via pública ou veículo aí estacionado.

10 — O demais omissis rege-se pelo disposto na legislação específica aplicável.

Artigo 7.º

Elevação de materiais

1 — A elevação dos materiais de construção deverá fazer-se por meio de guias, guinchos, cábreas ou quaisquer outros aparelhos apropriados, os quais devem obedecer às normas de segurança no trabalho.

2 — A permanência de guias montadas só poderá ocorrer durante o período de validade da licença ou comunicação, e enquanto decorrer a obra, sendo obrigatória a sua desmontagem após a conclusão da obra e se esta estiver parada por período superior a 6 meses, sob pena de tal facto constituir contraordenação punível nos termos do presente Regulamento.

3 — Fora dos períodos de trabalho, e sempre que possível, as lanças das guias e os seus contrapesos, quando os houver, devem encontrar-se dentro do perímetro da obra ou do estaleiro, e os baldes ou plataformas de carga convenientemente pousados, salvo em casos de impossibilidade prática que só serão autorizados em condições a definir pela Câmara Municipal.

Artigo 8.º

Andaimes

1 — Os andaimes devem ser fixados ao solo e ou às paredes dos edifícios.

2 — Em alternativa, poderão utilizar-se andaimes suspensos ou baléus, devendo obrigatoriamente ser respeitadas todas as condições de segurança exigíveis para o efeito.

Artigo 9.º

Palas de proteção

1 — Nos edifícios em obras, com dois ou mais pisos a partir do nível de menor cota da via pública, é obrigatória a colocação de palas para o lado exterior do tapume, em material resistente e uniforme, solidamente fixadas e inclinadas para o interior e colocadas a uma altura nunca inferior a 2,50 m em relação ao passeio.

2 — Nos casos em que tal se mostre necessário, devem ser colocadas palas no lado interior do tapume.

3 — Em ambos os casos, as palas devem possuir um rebordo em toda a sua extensão, com altura mínima de 0,15 m.

Artigo 10.º

Resguardos

1 — A colocação de resguardos é obrigatória sempre que na proximidade da obra existam árvores, candeeiros de iluminação pública ou outro tipo de equipamento ou mobiliário urbano, de modo a impedir a sua danificação.

2 — Caso seja necessário proceder à remoção ou reposição de árvores ou de equipamentos mencionados no número anterior, tal carece de prévia licença.

3 — As despesas decorrentes do número anterior com a remoção ou reposição, no mesmo ou noutro local a definir pela Câmara Municipal, correm por conta do titular da operação urbanística.

Artigo 11.º

Autobetonéiras e equipamentos de bombagem de betão

1 — Durante os trabalhos de betonagem da estrutura da obra e pelo período de tempo estritamente necessário, é permitida a ocupação da via pública com autobetonéiras e equipamento de bombagem de betão, devendo o dono da obra tomar todas as providências para garantir a segurança dos utentes da via pública.

2 — Sempre que a permanência do equipamento referido no número anterior crie transtornos ao trânsito, o dono da obra deve recorrer às autoridades policiais para assegurar a sua disciplina.

3 — Após a execução dos trabalhos mencionados no n.º 1, é obrigatória a imediata limpeza da via pública, com especial incidência dos sumidouros, sarjetas e tampas de caixas de visitas.

4 — O disposto no número anterior é também aplicável a todas as cargas e descargas de materiais ou entulhos destinados ou provenientes da execução de obras.

207661745

MUNICÍPIO DA GUARDA

Aviso n.º 3472/2014

Lista Nominativa dos Trabalhadores que Cessaram Funções

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º, da Lei n.º 12-A/2009, de 27 de fevereiro, torna-se pública a lista nominativa dos trabalhadores que cessaram funções, no período compreendido entre 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013:

Por aposentação — Carlos Alberto Costa, Encarregado Operacional, Gilberto Carvalho de Sousa, Assistente Técnico, Assistentes Operacionais, António Tapada Bernardo, Alberto José Rodrigues Teixeira, Maria Fernanda Dias Silvério, Rogério Manuel Rodrigues Maia e Virgílio António Fonseca Fernandes;

Por falecimento — Carlos Borges Antunes, João Paulo Prudente Gouveia Oliveira, Marco Emanuel Mendes Garcia e Sérgio dos Santos Tomé Paredes.

6 de fevereiro de 2014. — O Vice-Presidente da Câmara Municipal (competências delegadas por Despacho n.º 10/PCM, de 6 de novembro de 2013), *Carlos Alberto Chaves Monteiro*.

307624274

MUNICÍPIO DE LISBOA

Aviso n.º 3473/2014

1 — No âmbito do procedimento concursal comum para Técnico Superior (Psicologia), aberto pelo Aviso n.º 9328-A/2013, publicado no Suplemento ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138, de 19 de julho de 2013, e nos termos da alínea *d*) do n.º 3 do artigo 30.º conjugado com o n.º 6 do artigo 31.º e o n.º 1 do artigo 32.º, todos da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, informa-se que se encontram afixadas no átrio do Edifício Central da Câmara Municipal de Lisboa, sito no Campo Grande, n.º 25, piso 0, e disponíveis na página eletrónica, em <http://www.cm-lisboa.pt>, a lista de candidatos excluídos, a lista de candidatos convocados para a realização do método de seleção prova de conhecimentos, bem como, a lista de candidatos a submeter ao método de seleção avaliação curricular.

2 — Mais se informa que a prova de conhecimentos terá lugar no dia 26 de março de 2014, pelas 9 horas e 15 minutos, no Espaço Multiusos do Edifício Central da Câmara Municipal de Lisboa, sito no Campo Grande, n.º 25, 3.º piso, Bloco E, em Lisboa, devendo os candidatos comparecer com 15 minutos de antecedência e serem portadores de Bilhete de Identidade ou de Cartão de Cidadão válidos ou de outro documento idóneo e válido que permita a sua identificação.

3 — Informa-se ainda o seguinte:

Durante a realização da prova de conhecimentos só é permitido utilizar caneta ou esferográfica de cor azul ou preta;

A legislação indicada no ponto 8.1.1.6.3. do Aviso n.º 9328-A/2013, com exceção do Código Deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses, pode ser consultada durante a realização da prova de conhecimentos, desde que seja em suporte papel e não esteja anotada nem comentada;

A atualização da legislação indicada no ponto 8.1.1.6.3. do Aviso n.º 9328-A/2013 ocorrida após a abertura deste procedimento concursal é da responsabilidade dos candidatos, versando a prova de conhecimentos sobre a legislação atualizada;

No referido ponto 8.1.1.6.3. consta, por erro, a indicação de que a Lei n.º 169/99 foi publicada a 18 de outubro, quando a mesma data de 18 de setembro, assim, onde se lê «[...] Lei n.º 169/99, de 18 de outubro [...]», deve ler-se «[...] Lei n.º 169/99, de 18 de setembro [...]».

4 — O processo de concurso pode ser consultado nas instalações da Divisão de Planeamento e Gestão de Recursos Humanos do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, sitas no Campo Grande, n.º 27, 12.º, Bloco E, todos os dias úteis, das 10h às 12h e das 14h às 17h.

28 de fevereiro de 2014. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *João Pedro Contreiras*.

307658968

MUNICÍPIO DA LOUSÃ

Aviso n.º 3474/2014

Para os efeitos previstos no artigo 56.º, n.º 1 do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, se

torna público que por meus despachos datados de 21 de outubro de 2013 e 20 de janeiro de 2014, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 42.º e do n.º 4 do artigo 43.º, ambos do Regime Jurídico supra mencionado, nomeei, como secretário e adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência, respectivamente, Maria Margarida Lourenço de Albuquerque Bandeira e João António Martins dos Santos, com efeitos a partir de 21 de outubro de 2013 e de 20 de janeiro de 2014.

27 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara Municipal da Lousã, *Luis Miguel Correia Antunes*.

307655598

MUNICÍPIO DE MOURA

Aviso n.º 3475/2014

Para os devidos efeitos torna-se público que, o júri do procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de cinco postos de trabalho de Assistente Operacional (Sapador Florestal), cujo aviso foi publicado no *Diário da República* n.º 192, 2.ª série do dia 04 de outubro de 2013, foi alterado em virtude de o presidente do júri, Rafael Francisco Lobato Rodrigues, ter terminado a comissão de serviço no cargo de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro, neste Município.

Assim, e por despacho datado do dia 11 de fevereiro de 2014, da Senhora Vereadora, no exercício das competências que lhe foram delegadas, por despacho do Senhor Presidente, em 23 de outubro de 2013, o júri do referido procedimento passa a ter a seguinte composição:

Presidente do júri: Maria de Jesus Pataca Mendes, Chefe da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento, Gestão Financeira e Recursos Humanos;

Vogais efetivos: Joaquim José Lopes Cadeirinhas, Dirigente Intermédio da Unidade Flexível de 3.º Grau de Gestão Administrativa e Recursos Humanos, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos e André Albino Linhas Roxas, Chefe da Divisão de Planeamento e Administração Urbanística,

Vogais suplentes: Dina Paula Rodrigues Marques, Chefe da Divisão de Ação Social, Saúde e Educação e Hélder Manuel Martins Dias, Chefe da Divisão de Obras Municipais e Conservação.

14 de fevereiro de 2014. — A Chefe da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento, Gestão Financeira e Recursos Humanos, *Maria de Jesus Pataca Mendes*.

307632122

Aviso n.º 3476/2014

Para os devidos efeitos torna-se público que, o júri do procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de um posto de trabalho de técnico superior (designer gráfico), cujo aviso foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 26 de dezembro de 2013, foi alterado em virtude do presidente, Rafael Francisco Lobato Rodrigues, ter terminado a comissão de serviço, no cargo de diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.

Assim, e por despacho do Presidente da Câmara de 14 de fevereiro de 2014, o júri do referido procedimento, passa a ter a seguinte composição:

Presidente — Maria de Jesus Pataca Mendes Raimundo, chefe da Divisão de Apoio do Desenvolvimento, Gestão Financeira e Recursos Humanos.

Vogais efetivos — André Albino Linhas Roxas, chefe da Divisão de Planeamento e Administração Urbanística e Hélder Manuel Martins Dias, chefe de divisão de Obras Municipais e Conservação.

Vogais suplentes — Dina Paula Rodrigues Marques, chefe de divisão de Ação Social, Saúde e Educação e Joaquim José Lopes Cadeirinhas, dirigente intermédio de 3.º grau.

17 de fevereiro de 2014. — A Chefe da Divisão de Apoio ao Desenvolvimento, Gestão Financeira e Recursos Humanos, *Maria de Jesus Pataca Mendes Raimundo*.

307642159

MUNICÍPIO DE ODEMIRA

Despacho n.º 3823/2014

Alteração da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais de Odemira

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 6.º e n.º 6 do artigo 10.º do Dec. Lei n.º 305/2009 de 23.10, e, Lei n.º 49/2012 de 29.08, e no uso das competências que se encontram previstas na alínea *m*) do n.º 1 do artigo 25.º, e alínea *k*) conjugada com a alínea *ccc*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, torna-se público, que em sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 19 de novembro

de 2013, foi aprovada, por maioria, sob proposta da Câmara Municipal, tomada em reunião ordinária de 07 de novembro de 2013, aprovada por unanimidade, a alteração das unidades orgânicas e estrutura dos serviços municipais de Odemira, constante do Regulamento de Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Odemira, publicado na 2.ª série, n.º 2, de 3 de janeiro de 2013, de forma a promover a adequação das competências à operacionalidade que se pretende implementar às mesmas, conforme a seguir se publica em texto integral.

24 de fevereiro de 2014. — O Presidente da Câmara, *Eng. José Alberto Candeias Guerreiro*.

Regulamento de Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Odemira

Preâmbulo

O Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro veio estabelecer o novo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, numa perspetiva de melhoria das condições do exercício da missão, das funções e das suas atribuições, bem como das competências dos seus órgãos.

Esse salto qualitativo, que se implementou, radica numa organização interna orientada para o melhor serviço público e para uma garantida participação dos cidadãos. Neste sentido os princípios da eficiência, eficácia e qualidade são a base que está subjacente à aproximação dos serviços aos cidadãos, à desburocratização, à racionalização de meios e à correta afetação de recursos públicos, bem como à valorização dos recursos humanos internos numa perspetiva de dignificação do serviço público.

Considerando, adicionalmente, que a flexibilidade de modelos e funções, a transversalidade como metodologia de trabalho, a diminuição das estruturas internas e de níveis decisórios, e, a diminuição da dispersão de funções contribui para a concretização dos princípios base e, atendendo ainda a um novo quadro legal em diversos domínios como o licenciamento urbanístico, a avaliação de desempenho e o estatuto do pessoal dirigente, estão reunidas as condições para a concretização de uma nova proposta de estrutura orgânica que aponta a modernização administrativa, a proximidade com os cidadãos, a partilha de responsabilidades internas e o reconhecimento do mérito e do bom desempenho, como um novo paradigma da administração pública local.

Não obstante essa adequação, com redução das unidades orgânicas anteriores, vem agora o Governo e a Assembleia da República, por força da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto, ancorados num contexto de crise económica, produzir efeitos de alteração profunda no estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado o que, por sua vez obriga a nova alteração da estrutura orgânica do Município de Odemira.

Assim, o presente Regulamento é elaborado nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea *k*) conjugada com alínea *ccc*) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro bem como do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012 de 29 de agosto. Decorrido o processo participativo de construção da estrutura orgânica do Município de Odemira conclui-se pela seguinte proposta:

CAPÍTULO I

Objeto

Artigo 1.º

Objeto e Estrutura do Regulamento

1 — O Regulamento de Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Odemira é um dos instrumentos de suporte à sua organização e à gestão da atividade autárquica, estabelecendo a estrutura orgânica, as funções de cada uma das áreas organizacionais e as principais relações verticais e horizontais existentes.

2 — O Regulamento de Estrutura Orgânica da Câmara Municipal de Odemira apresenta 8 Capítulos principais:

- a*) Capítulo I, “Objeto e Estrutura do Regulamento”;
- b*) Capítulo II, “Princípios Organizacionais”, que explicita a missão, visão e os princípios da organização;
- c*) Capítulo III, “Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Odemira”, que explicita a tipologia das áreas organizacionais e apresenta a representação da organização;
- d*) Capítulo IV, “Funções Transversais”, que explicita as funções comuns a todas as unidades orgânicas, em função da sua tipologia;
- e*) Capítulos V, VI e VII, respetivamente, “Unidades de Assessoria”, “Unidades de Suporte” e “Unidades Operacionais”, que explicitam o detalhe das funções de cada área organizacional;
- f*) Capítulo VIII, “Disposições Finais e Transitórias”, que explicita a data e regime de entrada em vigor.